

Cooperativa de Crédito Pro

CNPJ: 44.469.161/0001-02

**Demonstrações financeiras para o
semestre e exercício findo em 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial	9
Demonstração das sobras ou perdas	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2024

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO

Bem-vindos, associados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 da cooperativa financeira SICOOB PRO.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a Cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.414 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,5 milhões de associados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos associados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais?

Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB PRO é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os associados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

A concessão de crédito é realizada para associados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,8% nos níveis de "AA" a "C".

Ressalvamos que a Resolução CMN nº 2.682/99, foi revogada a partir de 1º de janeiro de 2025 para a Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada associado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

A gestão dos negócios da Cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob São Paulo e Centro Cooperativo Sicoob – CCS), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa utiliza sua Política de Crédito e outros manuais sistêmicos.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regulamento Eleitoral.

Destacamos que, desde julho de 2018, o SICOOB PRO aderiu a centralização contábil junto ao Sicoob São Paulo. A centralização dos serviços junto à cooperativa central visa proporcionar a padronização de processos, redução de custos, ganho de escala, bem como, garantir a segregação de função entre as áreas contábil e financeira.

Ressalvamos que, em maio de 2021, a Cooperativa aderiu à centralização de serviços de Controles Internos e Riscos, também junto à cooperativa central; e a Auditoria Interna está centralizada no Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

Todos os membros da Diretoria Executiva possuem a certificação de diretor do Sicoob.

Todos os membros do Conselho de Administração possuem a certificação de conselheiros de administração do Sicoob.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa Cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética proposto pelo Sicoob.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2024, o SICOOB PRO registrou o total de 23 manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Das 23 manifestações, 7 foram consideradas procedentes; as outras 16 manifestações foram consideradas improcedentes. As manifestações foram resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o associado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2024.

Unidade de Apresentação: milhares de reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	2º sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	0,74%	29.346	53.624	53.228

Número de associados	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	7,83%	11.097	10.291

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Rural	60,06%	416.847	260.437
Carteira Comercial	9,57%	425.486	388.337
Total	29,83%	842.333	648.774

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 48,57% da carteira, no montante de R\$ 539.860.

Captações	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	11,49%	170.570	152.993
Depósitos sob aviso	0,54%	373	371
Depósitos a prazo	10,25%	1.191.560	1.080.809
LCA	4,19%	440.831	423.121
LCI	-100,00%	-	9.073
Total	8,22%	1.803.334	1.666.367

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 26,06% da captação, no montante de R\$ 463.831.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
	3,21%	386.658	374.642

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

GUARIBA-SP, 31 de dezembro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Associados da

Cooperativa de Crédito Pro – Sicoob Pro

Guariba / SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Pro – Sicoob Pro (“Cooperativa”), anteriormente denominada Coopecredi Guariba – Cooperativa de Crédito – Sicoob Coopecredi, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Pro – Sicoob Pro em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e respectivas notas explicativas, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 2 de fevereiro de 2024, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Cooperativa, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP-206103/O-4

Balanço Patrimonial

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO,
 anteriormente denominada COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO
 SICOOB PRO
 CNPJ: 44.469.161/0001-02
 Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		2.311.105	2.212.392
DISPONIBILIDADES	4	4.200	3.211
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.314.887	2.209.781
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	32.372	104.774
Títulos e Valores Mobiliários	6	783.920	471.899
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	6	(720)	(461)
Relações Interfinanceiras		649.320	976.905
Centralização Financeira	4	649.320	976.905
Operações de Crédito	7	842.333	648.774
Outros Ativos Financeiros	8	7.662	7.890
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(23.039)	(20.861)
(-) Operações de Crédito	7	(22.428)	(19.964)
(-) Outras	8.1	(611)	(897)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	775	454
OUTROS ATIVOS	10	1.056	6.541
IMOBILIZADO DE USO	11	22.243	20.873
INTANGÍVEL	12	831	831
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(9.848)	(8.438)
TOTAL DO ATIVO		2.311.105	2.212.392
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.311.105	2.212.392
DEPÓSITOS	13	1.362.503	1.234.173
Depósitos à Vista		170.570	152.993
Depósitos Sob Aviso		373	371
Depósitos a Prazo		1.191.560	1.080.809
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		488.859	538.823
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	440.831	432.194
Relações Interfinanceiras		47.466	105.504
Repasse Interfinanceiros	15.a)	47.466	105.504
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.b)	48	99
Outros Passivos Financeiros	16	514	1.026
PROVISÕES	17	7.330	7.780
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	2.884	2.726
OUTROS PASSIVOS	19	37.093	40.720
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	412.436	388.170
CAPITAL SOCIAL		208.690	216.959
RESERVAS DE SOBRAS		179.588	147.376
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		24.158	23.835
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.311.105	2.212.392

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das sobras ou perdas

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO,
anteriormente denominada COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO
SICOOB PRO

CNPJ: 44.469.161/0001-02

Em milhares de Reais

	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		140.227	271.956	263.975
Operações de Crédito	22	60.375	113.725	96.983
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	43.683	92.064	118.029
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	3.199	8.807	12.674
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	32.970	57.360	36.289
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(97.295)	(191.566)	(191.028)
Operações de Captação no Mercado	13.d)	(87.401)	(168.247)	(166.524)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c)	(3.119)	(8.786)	(10.947)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(6.775)	(14.533)	(13.557)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		42.932	80.390	72.947
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(12.775)	(25.202)	(18.638)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	8.655	15.464	11.909
Rendas de Tarifas	25	36	74	95
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(14.094)	(27.148)	(21.951)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(8.473)	(16.093)	(13.696)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(269)	(576)	(532)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	7.839	14.722	13.449
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(6.469)	(11.645)	(7.912)
PROVISÕES	31	12	643	1.258
Provisões/Reversões para Contingências		198	735	580
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(186)	(92)	678
RESULTADO OPERACIONAL		30.169	55.831	55.567
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	401	491	356
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		30.570	56.322	55.923
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		103	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		65	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		38	-	-
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	19 (a.1)	(1.327)	(2.698)	(2.695)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		29.346	53.624	53.228

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO,
 anteriormente denominada COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO
 SICOOB PRO
 CNPJ: 44.469.161/0001-02
 Em milhares de Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022		220.863	101.386	3.394	15.600	23.402	364.645
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas		-	8.500	-	-	(8.500)	-
Distribuição de sobras para associados		3.966	-	-	-	(14.902)	(10.936)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.684	-	-	-	-	2.684
Por Devolução (-)		(21.227)	-	-	-	-	(21.227)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	4.460	4.460
Reversão/Realização de Reservas	20.c)	3.372	-	(3.394)	-	-	(22)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	53.228	53.228
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	20.g)	-	-	-	-	(8.111)	(8.111)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.301	-	-	-	-	7.301
Destinações das Sobras do Período:	20.f)						
Fundo de Reserva		-	21.890	-	-	(21.890)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(2.432)	(2.432)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(934)	(934)
Fundos Voluntários - Fundo de Ação Social		-	-	-	-	(486)	(486)
Saldos em 31/12/2023		216.959	131.776	-	15.600	23.835	388.170

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO,
 anteriormente denominada COOPECREDI GUARIBA -
 COOPERATIVA DE CRÉDITO
 SICOOB PRO
 CNPJ: 44.469.161/0001-02
 Em milhares de Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2023		216.959	131.176	-	15.600	23.835	388.170
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:	20.e)						
Constituição de Reservas		-	10.000	-	-	(10.000)	-
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	-	(13.835)	(13.835)
Outros Eventos/Reservas		-	27	-	-	-	27
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.363	-	-	-	-	2.363
Por Devolução (-)		(18.098)	-	-	-	-	(18.098)
Estorno de Capital		(2)	-	-	-	-	(2)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	4.756	4.756
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos		-	-	-	-	53.624	53.624
Juros ao Capital							
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	20.g)	-	-	-	-	(8.270)	(8.270)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.468	-	-	-	-	7.468
Destinações das Sobras do Período:	20.f)						
Fundo de Reserva		-	22.185	-	-	(22.185)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(2.465)	(2.465)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(809)	(809)
Fundos Voluntários - Fundo de Ação Social		-	-	-	-	(493)	(493)
Saldos em 31/12/2024		208.690	163.988	-	15.600	24.158	412.436

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO,
 anteriormente denominada COOPECREDI GUARIBA -
 COOPERATIVA DE CRÉDITO
 SICOOB PRO
 CNPJ: 44.469.161/0001-02
 Em milhares de Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2024		212.413	141.776	-	15.600	24.278	394.067
Outros Eventos/Reservas		-	27	-	-	-	27
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		1.220	-	-	-	-	1.220
Por Devolução (-)		(12.411)	-	-	-	-	(12.411)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	4.756	4.756
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	29.346	29.346
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	20.g)	-	-	-	-	(8.270)	(8.270)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.468	-	-	-	-	7.468
Destinações das Sobras do Período:	20.f)						
Fundo de Reserva		-	22.185	-	-	(22.185)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(2.465)	(2.465)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(809)	(809)
Fundos Voluntários - Fundo de Ação Social		-	-	-	-	(493)	(493)
Saldos em 31/12/2024		208.690	163.988	-	15.600	24.158	412.436

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO,
anteriormente denominada COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO
SICOOB PRO

CNPJ: 44.469.161/0001-02

Em milhares de Reais

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	29	30.570	56.322	55.923
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		(6.067)	(6.067)	(5.401)
		(1.158)	(6.721)	(1.957)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	6.775	14.533	13.557
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	186	92	(678)
Provisões/Reversões para Contingências	31	(198)	(735)	(580)
Atualização de Depósitos em Garantia	29	(125)	(227)	(232)
Depreciações e Amortizações	27	754	1.497	1.508
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		30.737	58.694	62.140
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		68.631	72.402	(3.214)
Títulos e Valores Mobiliários		(241.607)	(291.788)	(120.799)
Operações de Crédito		(95.955)	(205.000)	(103.792)
Outros Ativos Financeiros		(133)	(460)	501
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(334)	(321)	768
Outros Ativos		6.027	5.485	(244)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		(11.158)	17.578	10.185
Depósitos sob Aviso		3	1	(230)
Depósitos a Prazo		(7.800)	110.751	236.538
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		46.335	8.637	121.660
Relações Interfinanceiras		(53.243)	(58.039)	2.974
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(52)	(51)	(47)
Outros Passivos Financeiros		(3)	(512)	(9.805)
Provisões		98	192	180
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		1.297	159	685
Outros Passivos		(11.131)	(14.595)	(13.242)
FATES - Atos Cooperativos		(2.465)	(2.465)	(2.432)
FATES - Atos Não Cooperativos		(809)	(809)	(934)
Outras Destinações		(493)	(493)	(486)
Reversão/Realização de Fundos		4.756	4.756	4.460
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(267.299)	(295.878)	184.866
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		1.158	6.526	1.774
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	195	183
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	29	6.067	6.067	5.401
Aquisição de Intangível		-	(8)	1
Aquisição de Imobilizado de Uso		(744)	(1.447)	(872)
Aquisição de Investimentos		(11.563)	(19.974)	(20.951)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(5.082)	(8.641)	(14.464)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.220	2.363	2.684
Devolução de Capital aos Cooperados		(12.411)	(18.098)	(21.227)
Estorno de Capital		-	(2)	-
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(13.835)	(10.936)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.468	7.468	7.301
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(22)
Outros Eventos/Reservas		27	27	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(3.696)	(22.077)	(22.200)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(276.077)	(326.596)	148.202
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		929.597	980.116	831.914
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		653.520	653.520	980.116
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(276.077)	(326.596)	148.202

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO,
anteriormente denominada COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO
SICOOB PRO
CNPJ: 44.469.161/0001-02
Em milhares de Reais

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		29.346	53.624	53.228
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		29.346	53.624	53.228

As Notas Explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO
CNPJ: 44.469.161/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Em Milhares de Reais

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO PRO**, doravante denominado **SICOOB PRO**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/12/1974, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB SÃO PAULO** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

Em 27/03/2024 houve alteração da razão social da Cooperativa, aprovada por Assembleia Geral Extraordinária, até essa data era denominada COOPECREDI GUARIBA – COOPERATIVA DE CRÉDITO.

O SICOOB PRO, sediado à **AVENIDA ANTONIO ALBINO, Nº 1671, VILA GARAVELLO, GUARIBA - SP**, possui: 8 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: JABOTICABAL - SP, TAQUARITINGA - SP, DUMONT - SP, PRADÓPOLIS - SP, MATÃO - SP, GUARIBA - SP, LENÇÓIS PAULISTA - SP, RIBEIRÃO PRETO - SP, e 2 Plataformas de Atendimento Digital.

O SICOOB PRO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971

e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 24/02/2025.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo SICOOB PRO, quando aplicável:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/22; 5.100/22 e 5.146/24, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de “SPPJ”), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, descrevendo a metodologia completa, evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

O Banco Central do Brasil reformulou o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) em conjunto com as novas resoluções. As mudanças incluem a reestruturação do elenco de contas, novas estruturas e limites de agregação.

A Resolução BCB nº 352/2023, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433 atualizadas em 05/11/2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos itens normativos das Resoluções citadas foram avaliados pela instituição e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º/1/2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, **a Resolução CMN nº 5.101**, de 24 de agosto de 2023, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece

os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Diante da complexidade das Resoluções cujos efeitos estão em fase de implantação, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a instituição segmentou o projeto de implementação das novas normas em etapas (fases), a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, dessa forma, o ponto de partida da instituição foi analisar e identificar pontos de assimetria com a normativa e política atual adotada pela instituição, considerando os impactos devido as modificações necessárias no âmbito tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo de adoção (PMO) e determinação de prazos para adequação dos mesmos.

A implantação da nova normativa ocorreu nas seguintes etapas:

- **Etapa 01 (2024):** Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios do Sistema Cooperativo e características contratuais dos fluxos de caixa por consequência a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Mapeamento dos custos elegíveis para TJEO dos ativos financeiros, bem como a escolha de metodologia de cálculo. Realização DE x PARA e criação de novo plano de contas COSIF.
- **Etapa 02 (2024):** Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Completo) - Conforme definição do Banco Central através Resolução CMN n.º 5.146/2024, os Sistemas Cooperativos organizados em dois ou três níveis, que tenham instituições enquadradas no segmento S3, devem adotar o modelo de impairment de ativos financeiros considerando o modelo completo aplicável para todas as instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5 (pertencentes ao sistema).
- **Etapa 03 (2024):** Sistemas – Redesenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência Resolução CMN nº 4.966/2021) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- **Etapa 04 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 05 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- **Etapa 06 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 06, a instituição realizou, ao decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado através das simulações de perda esperada e ajuste de marcação da suspensão de juros das operações.

A partir de tais simulações efetuadas, observamos um incremento no valor da perda esperada (PE) associada ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição de uma metodologia de estimação de perdas incorrida para perda esperada. Portanto, os valores de perda de crédito esperada para os instrumentos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de risco de crédito da instituição.

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas considerando definições dos modelos de negócios e Teste de SPPJ, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado do Bacen nº 42.403/2024, a instituição adotou na carteira de crédito o ajuste da posição de suspensão de juros ("stop accrual") realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

Acerca dos efeitos supracitados, a Instituição, segundo melhores estimativas, avaliou como efeito decorrente da transição para a Resolução CMN n.º 4.966/21, uma redução de 1,05% do Patrimônio Líquido.

No quadro abaixo, apresentamos um resumo dos principais impactos esperados da adoção da Norma em 1º de janeiro de 2025:

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	Projeção de Impacto
Provisão de Crédito para as operações de crédito	(1.717)
Provisão de Crédito para os demais ativos financeiros – TVM	(2.598)
Total	(4.315)
Efeitos dos Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21 no Patrimônio Líquido	(1,05%)

Vale sinalizar que os impactos da implantação da norma, serão reconhecidos na data da transição, ou seja, 1º de janeiro de 2025, na conta de sobras ou perdas acumuladas, com impacto direto no patrimônio líquido da instituição.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

i) Participações de Cooperativas: registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024.

ii) Cédulas de Produto Rural (CPRs): títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/1999, considerando o nível de risco e dias de atraso.

iii) Outros Títulos de Renda Fixa, Renda Variável e Fundos de Investimentos: os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Posto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

w) Instrumentos Financeiros

O SICOOB PRO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	4.200	3.211
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	649.320	976.905
TOTAL	653.520	980.116

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos da Centralização Financeira	43.683	92.064	118.029

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas (a)	-	-	-	99.992	4.782	104.774
Não Ligadas - Vinculados ao Crédito Rural (a)	32.372	-	32.372	-	-	-
TOTAL	32.372	-	32.372	99.992	4.782	104.774

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de 100% do CDI.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Não Ligadas – Vinculadas ao Crédito Rural	19.926	12.446	-	32.372
TOTAL	19.926	12..446	-	32.372

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.199	8.807	12.674

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	66.096	66.096	-	52.106	52.106
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito – Banco Sicoob (a)	-	33.986	33.986	-	28.002	28.002
Outras Participações (a)	-	9	9	-	9	9
Títulos de Renda Fixa (b)	162.443	252.884	415.327	88.599	181.394	269.993
CPR-F (c)	172.177	96.325	268.502	72.841	48.948	121.789
(-) Provisão para perdas (c.1)	(720)	-	(720)	(461)	-	(461)
TOTAL	333.900	449.300	783.200	160.979	310.459	471.438

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022. As Outras Participações estão compostos pelas participações na SicoobSP Corretora de Seguros e Ativos SicoobSP Securitizadora.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI (remuneração entre 102% e 105% do CDI e Letras Financeiras Pós-Fixadas (remuneração entre 103% e 109,5% do CDI).

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
RDC Fomento	24.748	122.876	-	147.624
Debêntures (b.1)	-	-	18.602	18.602
CRA	-	-	70.993	70.993
LF Pré fixada	-	-	30.825	30.825
LF Pós fixada	-	14.819	132.464	147.283
TOTAL	24.748	137.695	252.884	415.327

(b.1) Debênture é um título de crédito representativo de um empréstimo que uma companhia realiza junto a terceiros. Os investidores, ao adquirirem esses títulos, têm um direito de crédito sobre a companhia e recebem remuneração a partir dos juros. As debêntures são passíveis de negociação no mercado secundário, o que possibilita aos investidores a venda desses títulos a qualquer momento.

(c) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme Lei nº 8.929/1994 e alterações posteriores.

(c.1) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão para desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	33.218	57.618	36.374
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	-	-	(19)
Reversão de Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	248	581	524
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(496)	(839)	(590)
TOTAL	32.970	57.360	36.289

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	143.449	246.918	390.367	159.239	208.723	367.962
Financiamentos	9.421	25.698	35.119	10.087	10.288	20.375
Financiamentos Rurais	193.873	222.974	416.847	141.926	118.511	260.437
Total de Operações de Crédito	346.743	495.590	842.333	311.252	337.522	648.774
(-) Provisões para Operações de Crédito	(11.742)	(10.686)	(22.428)	(11.467)	(8.497)	(19.964)
TOTAL	335.001	484.904	819.905	299.785	329.025	628.810

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	-	Normal	63.100	16.018	259.671	338.789		242.964	
A	0,5%	Normal	125.282	4.795	110.599	240.676	(1.202)	174.867	(875)
B	1%	Normal	115.383	6.786	33.455	155.624	(1.556)	112.832	(1.128)
B	1%	Vencidas	218	-	-	218	(2)	439	(4)
C	3%	Normal	52.447	6.087	11.658	70.192	(2.106)	78.357	(2.351)
C	3%	Vencidas	679	-	-	679	(20)	535	(16)
D	10%	Normal	13.239	1.095	75	14.409	(1.441)	11.008	(1.101)
D	10%	Vencidas	521	-	-	521	(52)	2.626	(263)
E	30%	Normal	3.669	104	531	4.304	(1.291)	11.095	(3.328)
E	30%	Vencidas	355	55	-	410	(123)	1.837	(551)
F	50%	Normal	1.316	6	187	1.509	(755)	965	(482)
F	50%	Vencidas	514	73	331	918	(460)	1.065	(532)
G	70%	Normal	884	-	204	1.088	(762)	531	(372)
G	70%	Vencidas	1.021	24	84	1.129	(790)	2.308	(1.615)
H	100%	Normal	5.576	40	52	5.668	(5.668)	2.487	(2.487)
H	100%	Vencidas	6.163	36	-	6.199	(6.200)	4.858	(4.859)
Total Normal			380.896	34.931	416.432	832.259	(14.781)	635.106	(12.124)
Total Vencidos			9.471	188	415	10.074	(7.647)	13.668	(7.840)
Total Geral			390.367	35.119	416.847	842.333	(22.428)	648.774	(19.964)
Provisões			(19.948)	(564)	(1.916)	(22.428)		(19.964)	
Total Líquido			370.419	34.555	414.931	819.905		628.810	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	58.603	84.846	246.918	390.367	367.962
Financiamentos	2.329	7.092	25.698	35.119	20.375
Financiamentos Rurais	13.163	180.710	222.974	416.847	260.437
TOTAL	74.095	272.648	495.590	842.333	648.774

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado - Comércio	97.403	5.035	859	12,26%	103.297	113.010
Setor Privado - Indústria	83.480	1.178	10.029	11,24%	94.687	54.230
Setor Privado - Serviços	46.903	20.901	2.770	8,38%	70.574	55.465
Pessoa Física	143.398	7.893	390.796	64,36%	542.087	404.796
Outros	19.183	112	12.393	3,76%	31.688	21.273
TOTAL	390.367	35.119	416.847	100,00%	842.333	648.774

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(19.964)	(21.860)
Constituições/ Reversões no período	(13.905)	(12.913)
Transferência para prejuízo no período	11.441	14.809
Saldo Final	(22.428)	(19.964)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	71.204	6%	80.128	10%
10 Maiores Devedores	375.820	33%	287.381	36%
50 Maiores Devedores	731.582	64%	477.409	60%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	24.437	11.545
Valor das operações recuperadas no período	(374)	(1.610)
Valor das operações transferidas no período	11.441	14.502
Saldo Final	35.504	24.437

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/1999 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	13.023	13.633

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	796	-	796	744	-	744
Rendas a Receber (b)	758	-	758	659	-	659
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	526	226	752	756	747	1.503
Títulos e Créditos a Receber (d)	68	-	68	104	-	104
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	5.288	5.288	-	4.880	4.880
TOTAL	2.148	5.514	7.662	2.263	5.627	7.890

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	38	-	38	43	-	43
Rendas de Cartões	485	-	485	400	-	400
Rendas de Domicílio Bancário	175	-	175	158	-	158
Rendas de Poupança	36	-	36	37	-	37
Rendas de Transações Interfinanceiras	23	-	23	20	-	20
Outras Rendas a Receber	1	-	1	1	-	1
TOTAL	758	-	758	659	-	659

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Títulos de crédito a receber com características de concessão de crédito	1	-	1	46	-	46
Valores a receber – Tarifas	-	-	-	1	-	1
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	63	-	63	37	-	37
Títulos de crédito a receber sem características de concessão de crédito	4	-	4	20	-	20
TOTAL	68	-	68	104	-	104

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis Folha	-	266	266	-	81	81
Cofins	-	3.792	3.792	-	3.659	3.659
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	206	206	-	176	176
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.024	1.024	-	964	964
TOTAL	-	5.288	5.288	-	4.880	4.880

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(593)	-	(593)	(593)	-	(593)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(6)	(12)	(18)	(89)	(215)	(304)
TOTAL	(599)	(12)	(611)	(682)	(215)	(897)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	-	Normal	-	-	-	-	-	815	-
A	0,5%	Normal	-	-	473	473	(2)	357	(2)
B	1%	Normal	-	-	67	67	(2)	-	-
C	3%	Normal	-	-	97	97	(3)	77	(2)
D	10%	Normal	-	-	115	115	(12)	-	-
E	30%	Normal	-	16	-	16	(5)	26	(8)
E	30%	Vencidas	-	120	-	120	(36)	68	(20)
F	50%	Vencidas	-	154	-	154	(77)	103	(51)
G	70%	Vencidas	-	105	-	105	(73)	114	(80)
H	100%	Normal	-	-	-	-	-	264	(265)
H	100%	Vencidas	-	401	-	401	(401)	469	(469)
Total Normal			-	16	752	768	(24)	1.539	(277)
Total Vencidos			-	780	-	780	(587)	754	(620)
Total Geral			-	796	752	1.548	(611)	2.293	(897)
Provisões			-	(593)	(18)	(611)		(897)	
Total Líquido			-	203	734	937		1.396	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	775	-	775	454	-	454
TOTAL	775	-	775	454	-	454

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	43	-	43	32	-	32
Devedores Diversos – País(a)	6	-	6	29	-	29
Material em Estoque	11	-	11	9	-	9
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	692	692	-	6.116	6.116
Despesas Antecipadas (c)	304	-	304	355	-	355
TOTAL	364	692	1.056	425	6.116	6.541

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	5	-	5	22	-	22
Diferença de Caixa	1	-	1	-	-	-
Pendências Avais	-	-	-	7	-	7
TOTAL	6	-	6	29	-	29

(b) A movimentação no período decorre, substancialmente, da venda à vista de ativo não financeiro, resultando em lucros no montante de R\$ 576.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Curso (a)		517	427
Terrenos		1.265	1.265
Edificações	4%	8.747	8.747
Instalações	10%	2.752	2.500
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.251	3.215
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.303	3.174
Sistema de Segurança	10%	442	351
Sistema de Transporte	20%	1.966	1.194
Total de Imobilizado de Uso		22.243	20.873
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.843)	(1.493)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.572)	(1.396)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(4.859)	(4.197)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(859)	(676)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(9.133)	(7.762)
TOTAL		13.110	13.111

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Transferências (+)	Transferências (-)	31/12/2023
Imobilizado em Curso	0%	517	1.300	-	-	(1.210)	427
Terrenos	0%	1.265	-	-	-	-	1.265
Edificações	4%	8.747	-	-	-	-	8.747
Instalações	10%	2.752	252	-	-	-	2.500
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	3.251	71	(35)	-	-	3.215
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.303	163	(34)	-	-	3.174
Sistema de Segurança	10%	442	99	(8)	-	-	351
Sistema de Transporte	20%	1.966	772	-	-	-	1.194
Total de Imobilizado de Uso		22.243	2.657	(77)	-	(1.210)	20.873
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.843)	(350)	-	-	-	(1.493)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.572)	(176)	-	-	-	(1.396)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(4.859)	(729)	67	-	-	(4.197)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(859)	(183)	-	-	-	(676)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(9.133)	(1.438)	67	-	-	(7.762)
TOTAL		13.110	1.219	(10)	-	(1.210)	13.111

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Sistemas de Processamento de Dados	10%	820	820
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	10%	11	11
Intangível		831	831
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis		(716)	(676)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(716)	(676)
TOTAL		115	155

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	170.570	-	170.570	152.993	-	152.993
Depósito Sob Aviso	373	-	373	371	-	371
Depósito a Prazo (b)	1.187.548	4.012	1.191.560	1.080.562	247	1.080.809
TOTAL	1.358.491	4.012	1.362.503	1.233.926	247	1.234.173

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	68.126	4%	126.000	8%
10 Maiores Depositantes	315.167	18%	370.930	23%
50 Maiores Depositantes	713.329	40%	747.679	45%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(19)	(38)	(54)
Despesas de Depósitos a Prazo	(64.394)	(121.759)	(120.425)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(21.623)	(43.549)	(41.882)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(8)	(265)	(1.953)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.357)	(2.636)	(2.210)
TOTAL	(87.401)	(168.247)	(166.524)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	-	-	-	9.073	-	9.073
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	388.728	52.103	440.831	423.121	-	423.121
TOTAL	388.728	52.103	440.831	432.194	-	432.194

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 23 - Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	22.673	24.793	47.466	82.704	22.800	105.504
TOTAL	22.673	24.793	47.466	82.704	22.800	105.504

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a um percentual entre 6% e 15,21% ao ano, com vencimento até 10/05/2033.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses do País - Instituições Oficiais	48	-	48	50	49	99
TOTAL	48	-	48	50	49	99

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(3.118)	(8.784)	(10.943)
Outras Instituições	(1)	(2)	(4)
TOTAL	(3.119)	(8.786)	(10.947)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	1	-	1	525	-	525
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	445	-	445	413	-	413
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	68	-	68	88	-	88
TOTAL	514	-	514	1.026	-	1.026

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ordens de Pagamento	1	-	1	525	-	525
TOTAL	1	-	1	525	-	525

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	47	-	47	34	-	34
Municipais	-	-	-	17	-	17
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	21	-	21	37	-	37
TOTAL	68	-	68	88	-	88

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.166	133	1.299	1.000	206	1.206
Provisão para Contingências (b)	-	6.031	6.031	-	6.574	6.574
TOTAL	1.166	6.164	7.330	1.000	6.780	7.780

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	46.983	44.677
TOTAL	46.983	44.677

(b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (b.1)	-	266	577	81
COFINS (b.1)	3.792	3.792	3.658	3.658
Trabalhistas (b.2)	985	206	1.375	177
Cíveis (b.2)	1.254	1.024	964	964
TOTAL	6.031	5.288	6.574	4.880

b.1) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos associados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados em depósitos em garantia no ativo. Em 2024 a Cooperativa obteve êxito definitivo no julgamento do processo administrativo relativo ao Auto de Infração de PIS, lavrado pela Receita Federal do Brasil – RFB, o qual tramitava perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Em virtude da decisão que determinou o cancelamento definitivo do Auto de Infração e da consequente extinção do crédito tributário relacionado ao processo administrativo, a provisão foi revertida.

b.2) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB PRO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.534 (em 2023 totalizando R\$ 1.226). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	6.574	6.973
Atualizações	432	590
Reversões	(975)	(989)
Saldo Final	6.031	6.574

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	30	-	30	20	-	20
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.610	-	1.610	1.188	-	1.188
Outros (a)	1.244	-	1.244	1.518	-	1.518
TOTAL	2.884	-	2.884	2.726	-	2.726

(a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	457	-	457	718	-	718
ISSQN a recolher	15	-	15	14	-	14
IRRF sobre juros ao capital	772	-	772	786	-	786
TOTAL	1.244	-	1.244	1.518	-	1.518

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	28.255	-	28.255	34.173	-	34.173
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.926	-	1.926	1.749	-	1.749
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	4.869	-	4.869	3.888	-	3.888
Credores Diversos – País (d)	2.043	-	2.043	910	-	910
TOTAL	37.093	-	37.093	40.720	-	40.720

(a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	2.454	-	2.454	2.341	-	2.341
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	21.845	-	21.845	26.888	-	26.888
Fundos Voluntários (a.3)	682	-	682	591	-	591
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.4)	3.274	-	3.274	4.353	-	4.353
TOTAL	28.255	-	28.255	34.173	-	34.173

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) São registrados os recursos dos Fundos Voluntários que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral;

(a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores

em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	3.636	-	3.636	2.835	-	2.835
Custos de Transações Interfinanceiras	100	-	100	69	-	69
Seguro Prestamista	163	-	163	132	-	132
Despesas com Cartões	290	-	290	244	-	244
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	152	-	152	114	-	114
Manutenção e Conservação de Bens	221	-	221	313	-	313
Transporte	8	-	8	10	-	10
Seguro	14	-	14	12	-	12
Compensação	28	-	28	51	-	51
Aluguéis	39	-	39	37	-	37
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	218	-	218	71	-	71
TOTAL	4.869	-	4.869	3.888	-	3.888

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	1	-	1	-	-	-
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	117	-	117	66	-	66
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	1.753	-	1.753	727	-	727
Diferença de Caixa	1	-	1	1	-	1
Pendências a Regularizar	16	-	16	6	-	6
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	90	-	90	93	-	93
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	49	-	49	-	-	-
Outros Credores Diversos - País	16	-	16	17	-	17
TOTAL	2.043	-	2.043	910	-	910

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	208.690	216.959
Quantidade de Associados	11.097	10.291

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2024 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 27.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Reservas Estatutárias

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2023, foi aprovada a extinção do Fundo destinado ao Aumento de Capital. O saldo de 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 3.394 e foi destinado ao associado na forma de quotas-partes.

d) Reserva de Contingências

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2014, foi aprovada a criação do Fundo de Contingências, destinado a cobrir eventuais prejuízos ou perdas decorrentes da inadimplência da carteira de crédito, de ações judiciais ou administrativas. A AGO de 2024 aprovou a alteração do regimento da reserva de forma a comportar/absorver os impactos decorrentes da aplicação inicial das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, além de cobrir outras perdas que venham a ocorrer no exercício.

De acordo com o Regulamento do Fundo de Contingências, o prazo máximo para utilização dos recursos do fundo será de 20 anos a partir de sua constituição.

e) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2024** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os associados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2023** da seguinte forma:

- 42% para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 10.000;
- 58% para Conta Corrente, no valor de R\$ 13.835.

Também foi deliberado que os associados inadimplentes no encerramento do exercício de 2023 e que não o(s) regularizaram até 31/01/2024 não teriam direito às sobras.

f) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobras do exercício antes das destinações	53.624	53.228
Juros ao capital próprio (g)	(8.270)	(8.111)
Sobras líquidas do exercício	45.354	45.117
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES (nota 21)	(809)	(934)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários (f.5)	4.756	4.460
Base de cálculo das destinações	49.301	48.643
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (f.1)	(22.185)	(21.890)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (f.2)	(2.465)	(2.432)
(-) Destinação para Fundo de Ação Social (f.3)	(493)	(486)
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	24.158	23.835

f.1) 45% para a Reserva Legal, apurado sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo, e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

f.2) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

f.3) 1% para o Fundo de Ação Social (FAS) previsto no Estatuto Social. O FAS é destinado a promover ações de natureza social, educacional, cultural, esportiva, bem como ações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Os recursos do FAS utilizados em 2024 totalizam R\$ 402 (em 2023 R\$ 310).

f.4) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2023 foi aprovada a reforma estatutária com a extinção do Fundo de Aumento de Capital, o qual era de 10%, a partir do exercício de 2023.

f.5) A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

g) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 37% da taxa Selic para o exercício de 2024, no montante de R\$ 8.270 e 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 8.111. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativos os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	2.902	3.285
Despesas específicas de atos não cooperativos	(228)	(340)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(457)	(448)
Resultado operacional	2.217	2.497
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	491	356
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.708	2.853
Deduções Receitas com associados (a)	(1.899)	(1.919)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	809	934

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela Cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da Cooperativa, não são destinadas ao FATES de Resultados com Não Associados.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	36	77	57
Rendas de Empréstimos	33.048	64.983	61.712
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.012	1.991	2.905
Rendas de Financiamentos	2.649	4.327	3.614
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	895	3.258	2.294
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.301	3.419	1.749
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	343	1.061	6.381
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	20.664	33.339	15.939
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	-	1
Recuperação e Créditos Baixados como Prejuízo	427	1.270	2.331
TOTAL	60.375	113.725	96.983

23. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Captação	(87.401)	(168.247)	(166.524)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.119)	(8.786)	(10.947)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(6.775)	(14.533)	(13.557)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	8.235	13.137	10.187
Reversões de Provisões para Outros Créditos	104	438	221
Provisões para Operações de Crédito	(14.710)	(27.042)	(23.100)
Provisões para Outros Créditos	(404)	(1.066)	(865)
TOTAL	(97.295)	(191.566)	(191.028)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cobrança	613	1.180	1.240
Rendas de Garantias Prestadas	4	8	84
Rendas por Serviços de Pagamento	3.110	5.839	3.345
Rendas de Convênios	48	104	135
Rendas de Comissão	1.424	2.636	2.529
Rendas de Cartões	1	3	216
Rendas de Outros Serviços	3.117	5.034	4.088
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	338	660	272
TOTAL	8.655	15.464	11.909

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Serviços Prioritários - PF	16	30	25
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	-	1	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	20	43	70
TOTAL	36	74	95

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-	-	(39)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.539)	(3.039)	(2.582)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1)	(1)	(2)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.375)	(6.443)	(5.123)
Despesas de Pessoal - Proventos	(9.176)	(17.655)	(14.189)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(3)	(10)	(16)
TOTAL	(14.094)	(27.148)	(21.951)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(67)	(151)	(128)
Despesas de Aluguéis	(301)	(589)	(519)
Despesas de Comunicações	(179)	(365)	(342)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(361)	(612)	(658)
Despesas de Material	(68)	(134)	(142)
Despesas de Processamento de Dados	(1.188)	(2.367)	(1.745)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(186)	(688)	(477)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(240)	(366)	(174)
Despesas de Seguros	(104)	(175)	(207)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.339)	(2.562)	(2.298)
Despesas de Serviços de Terceiros	(125)	(248)	(296)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(455)	(908)	(853)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.155)	(1.879)	(1.524)
Despesas de Transporte	(355)	(672)	(529)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(1)

Cooperativa de Crédito Pro
Demonstrações financeiras para o semestre e
exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Despesas de Viagem no País	(215)	(402)	(214)
Despesas de Depreciação/Amortização	(754)	(1.497)	(1.508)
Outras Despesas Administrativas	(1.381)	(2.478)	(2.081)
TOTAL	(8.473)	(16.093)	(13.696)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Livros jornais e revistas	(1)	(8)	-
Condomínio	(32)	(68)	(27)
Emolumentos judiciais e cartorários	(425)	(582)	(406)
Copa/cozinha	(20)	(40)	(33)
Lanches e refeições	(138)	(215)	(186)
Uniformes e vestuários	(29)	(35)	(105)
Contribuição a OCE	(91)	(176)	(169)
Taxas da junta comercial	-	(1)	(2)
Medicamentos	-	(1)	(2)
Marcas e patentes	(2)	(12)	(7)
Sistema cooperativista	(9)	(17)	(16)
Mensalidades diversas	(97)	(186)	(191)
Ações judiciais	(24)	(88)	(4)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(220)	(494)	(458)
Alocação de despesas - Central	(259)	(511)	(441)
Outras despesas administrativas	(34)	(44)	(34)
TOTAL	(1.381)	(2.478)	(2.081)

28. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(75)	(232)	(231)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(105)	(174)	(167)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(89)	(170)	(134)
TOTAL	(269)	(576)	(532)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	-	596	753
Dividendos	1.158	6.525	5.209
Distribuição de sobras da central	-	195	183
Atualização depósitos judiciais	125	227	232
Rendas de Repasses Interfinanceiros	11	87	118
Outras rendas operacionais	8	62	290
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	470	963	1.263
Juros ao Capital Recebidos da Central	6.067	6.067	5.401
TOTAL	7.839	14.722	13.449

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(98)	(193)	(295)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(61)	(61)	(5)
Outras Despesas Operacionais	(242)	(718)	(384)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(2.428)	(4.699)	(2.788)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(1)	(1)	(2)
Outras Contribuições Diversas	(11)	(19)	(20)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(15)	(29)	(48)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(143)	(143)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(8)	(13)	(1)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(3.175)	(5.367)	(4.150)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(287)	(402)	(219)
TOTAL	(6.469)	(11.645)	(7.912)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 24(a).

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões/Reversões para Contingências	198	735	580
Provisões para Demandas Trabalhistas	-	(10)	(264)
Provisões para Contingências	(200)	(230)	-
Reversões de Provisões para Contingências	398	975	844
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(186)	(92)	678
Provisões para Garantias Prestadas	(824)	(1.442)	(1.618)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	638	1.350	2.296
TOTAL	12	643	1.258

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	576	576	46
Ganhos de Capital	1	2	2
Outras Rendas Não Operacionais	48	137	313
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(38)	(38)	-
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(186)	(186)	(5)
TOTAL	401	491	356

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são

coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC/LCA/LCI e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração e benefícios na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971, art.44.

Natureza da Operação	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Operação de crédito	126.254	151.843
PCLD - Provisão de crédito	599	312
Operações Passivas		
Depósitos	124.275	193.057
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	38.186	70.491
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	-	21
Garantias prestadas	529.169	787.121
Capital social	58.641	58.825
Remuneração		
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(3.039)	(2.582)
Encargos sociais	(613)	(528)

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB PRO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB SP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB SP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas

exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB SP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB PRO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB SP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB SP:

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	649.320	976.905	92.064	118.029
Participações de Cooperativas (Nota 6)	66.096	52.106	-	-

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	386.658	374.642
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.576.837	1.234.907
Índice de Basileia (mínimo 12%)	22,83%	27,23%

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e

programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área de Governança, Riscos e Compliance, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros (IRRBB)

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

GUARIBA-SP